
Dossiê

**OS CONFLITOS COMO MOMENTO DE RUPTURA DA HEGEMONIA:
CONTRIBUIÇÕES À SOCIOLOGIA E À EDUCAÇÃO AMBIENTAL A
PARTIR DE HENRI LEFEBVRE¹**

Carlos Roberto da Silva Machado²
Professor Doutor de Políticas Públicas de Educação (FURG)

Bruno Emilio Moraes³
Mestre em Educação Ambiental (FURG)

RESUMO

O trabalho desenvolve a hipótese de que os conflitos sociais, políticos e ambientais possibilitam um momento de ruptura tendo como apoio de sustentação à reflexão as pesquisas sobre as lutas socioambientais que mapeamos no extremo sul do Brasil e leste do Uruguai desde 2011 e dados da desigualdade na apropriação da renda na região. Disso afirmaria a tese de que aqueles que vivem e se beneficiam do *status quo* e do sistema capitalista desenvolvem ações e políticas (em tempos de ditadura de mercado), ou ainda, quando predomina a coerção (através de estados de exceção ou ditaduras civis-militares) tem como pressuposto – explícitos ou não – a ideia de que seu ponto de vista (de militares, empresários, jornalistas liberais e seus funcionários) é o verdadeiro e correto, o normal e o natural no pensar e no viver, e portanto, os conflitos são uma ameaça. Mas, tal discurso entra em contradição com as relações sociais quando diferentes grupos, classes, coletivos entram com confronto, pugna, conflito já que isso seria um indicador (diz Acselrad, 2004) da desigual apropriação, uso e significação da riqueza, das terras/territórios e/ou com as diretivas/ações e políticas dos/nos “espaços de poder” em favor de um dos lados antes homogêneo, agora diverso e em luta. Na primeira parte apresentamos as referências teóricas sustentadoras da reflexão (da tese) a partir de Henri Lefebvre, Pierre Bourdieu, dentre outros; depois a partir de 3 (três) exemplos apresentamos e discutimos a narrativa sobre a educação na ditadura militar (a moral e cívica); depois, de entusiastas do mercado, sejam empresários, intelectuais, e outros; por fim, uma reflexão mais de fundo sobre a mídia e a produção do consenso em conluio com o Estado e os empresários (as elites). Finalmente, dados empíricos de nossas pesquisas no trabalho do observatório dos conflitos visando fundamentar a hipótese que deu origem a tese referida. Esperamos contribuir com as reflexões à produção de “outra” sociologia e a “outra” educação/educação ambiental.

Palavras-chave: Conflitos; Ruptura; Sociologia; Educação ambiental; Henri Lefebvre.

¹ Versão revista e reduzida de trabalho apresentado no IV Encontro Internacional de Ciências Sociais: Espaços Públicos, Identidade e Diferenças (EICS), no GT28, nov. 2014, na UFPel, Pelotas, RS, com o título “O conflito como momento de ruptura da hegemonia: reflexões e contribuições a partir de Henri Lefebvre”.

² Coordenador do Observatório dos Conflitos do Extremo Sul e este do Uruguai e da pós-graduação em educação ambiental da Universidade Federal do Rio Grande, email: carlosmachado2004furg@gmail.com.

³ Colaborador do Observatório FURG/PPGEA e Técnico em Assuntos Educacionais na UNIPAMPA (Caçapava do Sul, RS).

CONFLICTS AS A MOMENT OF RUPTURE OF HEGEMONY: CONTRIBUTIONS TO SOCIOLOGY AND TO ENVIRONMENTAL EDUCATION FROM HENRI LEFEBVRE

ABSTRACT

The paper develops the hypothesis that the social, political and environmental conflicts allow a moment of rupture having as support to reflection the research on socio-environmental struggles that we mapped in the extreme south of Brazil and east of Uruguay since 2011 and inequality data in appropriation of income in the region. Based on this we would affirm the thesis that those who live and benefit from the *status quo* and the capitalist system develop actions and policies (market dictatorship times), or when predominates coercion (through states of emergency or civil-military dictatorships) it presupposes - explicit or not - the idea that your point of view (military, businessmen, liberal journalists and their staff) is the true and correct, normal and natural in thinking and living, and therefore, conflicts are a threat. But this speech goes against the social relations when different groups, classes, collective come into confrontation, struggle, conflict, since that would be an indicator (says Acsehrad, 2004) of unequal ownership, use and meaning of wealth, land/territories and/or policies/actions and policies of/in "positions of power" in favor of one side before homogeneous, but now diverse and struggling. In the first part we present the theoretical references supportive of the reflection (of thesis) from Henri Lefebvre, Pierre Bourdieu, among others; then from three (3) examples we present and discuss the narrative on education during the military dictatorship (moral and civic); then, market enthusiasts, be they businessmen, intellectuals, and others; Finally, a reflection of background on the media and the production of consensus in collusion with the State and entrepreneurs (the elites). Finally, empirical data from our research in work of observatory of the conflicts aiming support the hypothesis that gave rise to that thesis. We hope to contribute with the reflections to the production of "other" sociology and "other" education/environmental education.

Keywords: Conflicts; Rupture; Sociology; Environmental education; Henri Lefebvre.

Introdução

Este trabalho parte do dito por Pierre Bourdieu (2001) de que “todas as proposições que essa ciência enuncia [a sociologia] podem e devem aplicar-se ao sujeito que faz a ciência” e de que “a crítica epistemológica não se dá sem uma crítica social” (BOURDIEU, 2001, p. 7); e ainda, de que o sociólogo deve “ser sujeito de seu objeto científico para o qual ele deve se inserir na “luta pelo monopólio da representação legítima do mundo social”. Isto por que, com ele, concebemos que tais procedimentos são parte da luta “pelas classificações” à qual é “uma dimensão de qualquer tipo de luta de classes: classes etárias, classes sexuais ou classes sociais” (BOURDIEU, 2001, p. 11). E o campo acadêmico é “um campo de luta como qualquer outro” e, se há alguma verdade, “é que a verdade é um resultado de lutas” (BOURDIEU, 2001, p. 25); e neste a sociología, conforme o autor apresenta, há uma particularidade interessante: “Se os que têm algo a ver com a ordem estabelecida, seja lá o que for, não gostam nem um pouco da

Os conflitos como momento de ruptura da hegemonia

sociologia, é porque ela introduz uma liberdade em relação à adesão primária que faz com que a própria conformidade assuma um ar de heresia ou de ironia” (BOURDIEU, 2001, p. 60).

Portanto, na sociedade capitalista atual, os pensadores da ordem e do único pretendem atribuir “uma essência” as coisas e/ou as pessoas, e, portanto, buscam obrigar os outros “a ser e a fazer o que lhes cabe por definição, os classificados e os desclassificados” (BOURDIEU, 2001, p. 12). Mas, com o conflito social e/ou ambiental ao emergir - de problemas concretos que vivem as pessoas – na prática questiona esta classificação e faz emergir uma brecha, uma ruptura da hegemonia⁴, um bloqueio na produção simbólica do único e do verdadeiro, e assim, pode colocar em risco a unanimidade, a concordância geral, a apatia, o conformismo e o consumismo. Neste contexto, a sociologia pode contribuir teoricamente para ajudar na argumentação contra este “princípio de classificação que lhes reserva o pior lugar” (BOURDIEU, 2001, p. 12), aos outros é claro, por parte das ciências da ordem e do normal. E disso poderia emergir a sociedade democrática, do dissenso, da disputa da/na partilha do sensível⁵ superadora da sociedade de polícia do capital. Então, o conflito em articulação a sociologia podem colocar em suspenso a unanimidade da/na cotidianidade programada pelas estratégias dos *hegemon*s (CECEÑA, 2006).

O momento do conflito como o momento presente (MACHADO, 2008) é uma constelação de momentos progressos que não tem sua “essência” apenas em mim (ou dos autores deste trabalho), mas das relações em que vivemos com outros/as e com as naturezas que os pensadores da ordem separaram de nosso vivido e concebido⁶. Mas, como afirmamos acima, no interior destes processos e relações, entre indivíduos e grupos e natureza e as/nas explicações destas relações ponto de vista em disputa/conflito também estão a se processar. Predomina, no entanto, nos momentos de hegemonia o consenso (acordos, apatia, harmonia, conformismo, etc.) como parte daquilo que Boaventura de Sousa Santos chamará de Paradigma Tradicional o qual é confrontado por seu contrário, o chamado Paradigma Emergente (SANTOS, 2006). E o conflito possibilita um momento de crise daquele e tende a se manter enquanto o conflito e/ou de suas conseqüências. Se o sistema e seus estrategistas acabarem, amenizarem, finalizar o

⁴ Antonio Gramsci refere-se a duas formas de dominação: a coerção (via violência, repressão, ditaduras) e o consenso (via convencimento, propaganda, doutrinação, etc.). Disponível em: <http://www.acesa.com/gramsci/>; ou estudo de PORTELLI, Hugues. Gramsci e o bloco histórico. São Paulo: Paz e Terra, 1977.

⁵ Sobre o dissenso ver Ranciere (2013).

⁶ Machado (2008) argumentou, a partir de Karl Marx, da possibilidade da identificação de *três naturezas* que se relacionam e se desenvolvem através dos tempos: a Natureza primeira, à qual a natureza humana que transforma e produz através do trabalho coisas, produtos, relações, saberes, etc. de outra natureza (uma terceira), diferente tanto da natureza do humano como da natureza do natural.

conflito dentro das regras estabelecidas – portanto, dentro dos limites do sistema o mesmo termina e seus benefícios ao emergente serão limitados; por outro lado, se o contrário ocorrer, ou seja, as demandas não forem absorvidas, extrapolarem os limites do sistema para serem solucionados, poderá potencializar as lutas emergentes e ao próprio paradigma alternativo. O processo educativo da ruptura e do processo conflitivo é o núcleo da reflexão deste ensaio.

Na primeira parte apresentamos e discutimos contribuições de Lefebvre sobre a teoria dos momentos e o cotidiano para fundamentar o concebido de que o sistema vigente (o capitalismo mundial ou o sistema mundo, conforme Wallerstein (2015)) se produz e re-produz cotidianamente nas relações sociais como únicas e verdadeiras. Mas, contraditoriamente, é neste e deste mesmo cotidiano programado pelos *hegemons* estatais e do mercado que emergem resíduos à ruptura do edifício da dominação.

Na segunda parte discutiremos, a partir da reflexão anterior, como a hegemonia capitalista era proposta e desenvolvida durante a última ditadura civil-militar (1964-1989) no Brasil através da coerção (repressão, tortura, exílios, demissões, etc.); e depois deste período, de como na atualidade através da ditadura do mercado, do individualismo e do consumismo como resultado de sofisticados processo de produção e re-produção do consenso e da coerção. No entanto, tanto na ditadura como na democracia policial do capitalismo de mercado a mídia privada e empresarial desde há mais de quase 100 anos destaca-se como aliado as forças tradicionais do sistema liberal totalitário.

Na terceira parte, apresentamos e discutimos *insights* desde reflexões de Ernest Laclau sobre demandas relacionando-a a um dos indicadores que utilizamos para mapear os conflitos no extremo sul do Brasil e este do Uruguai (as demandas, demandantes e demandados). Ao final, nas considerações breve síntese do desenvolvido e seu vínculo com nossas pesquisas atuais, e indicações de futuras.

1 Momento, ruptura e conflito

1.1 O momento cotidiano do conflito

Christian Schmid e Lukasz Stanek (2012) numa reflexão, articulando duas apresentações realizadas em 2 (dois) eventos que tinham Henri Lefebvre como foco dos trabalhos⁷, visando colocar em “relevo certas tendências gerais” dos estudos ou reflexões da

⁷ 190 trabalhos foram apresentados além das conferencias de estudiosos de Lefebvre. Os eventos, um em 2008 (Rethinking Theory, Space and Production: Henri Lefebvre Today, na cidade de Delft); e outro em 2009 (Urban Research and Architecture: Beyond Henri Lefebvre, Zurich) organizados pelas cátedras de Teoria Arquitetônica e Sociologia.

Os conflitos como momento de ruptura da hegemonia

obra do autor como proposições a um programa conjunto de investigação (SCHMID e STANEK, 2012, p. 3) identificam 3 (três) “ondas”: uma primeira, seria aquela que discute conceitos de Lefebvre como vida cotidiana, espaço vivido, percebido e concebido, ritmo e o direito a cidade – como articuladores/mobilizadores das discussões e da diversidade das áreas, temas e disciplinas; uma segunda seria aquela de um conjunto de reflexões que parece “compartir uma aproximación” similar em “vincular los estudios de casos específicos com una concepción de la sociedad urbana como totalidad” (ídem, p. 3); e por fim, uma terceira que⁸:

relaciona directamente la específica aproximación lefebvriana con la introducción de conceptos conectados mediante una complejared de relaciones en vez de tratar definirlos de una forma aislada e esencialista. [...] en teorizar el espacio como parte de una teoría social general. Esto apunta al núcleo marxista de la teoría de Lefebvre. (SCHMID e STANEK, 2012, p. 3).

Destacam, ainda, que para esta terceira “onda” seria necessário “reconsiderar a dialética” tanto de Hegel como de Marx. Para Lefebvre “una contradicción dialéctica no puede reducirse a una oposición que es suprimida, preservada o elevada a un nivel superior – los tres sentidos do termino hegeliano *Aufhebung* – sino que más bien debe ser comprendida como una relación tripartita” (SCHMID e STANEK, 2012, p. 4). Tal concepção dialética vincula os “tres distintos términos o ‘momentos’ que existen en interacción, en conflicto o en alianza entre si.”. Tal reflexão, dizem, vem desde os anos 1930 e desta sua “concepção tridimensional da produção do espaço, como espaço percebido, concebido e vivido, e como prática espacial, representação do espaço e espaço de representação” (SCHMID e STANEK, 2012, p. 4).

Poderíamos representar tal reflexão da seguinte forma abstrata, mas destacamos a articulação e relações tensas entre cada uma das partes:



⁸ Os autores relacionam aos momentos históricos de suas produções, ou seja, a primeira eles relacionam àquelas interpretações (anos 1970) de Lefebvre tipicamente marxista; a segunda, muito mais influenciada pelas leituras pós-modernas e pós-estruturalistas na seqüência (SCHMID e STANEK, 2012, p. 3).

Kanishka Goonewardena⁹ ao discutir também o tema *Henri Lefebvre y la revolución de la vida cotidiana, la ciudad y el Estado*¹⁰ argumenta, por sua vez, contra as leituras “des-radicalizadoras [...] intenta revivir el espíritu revolucionario”, ou em outras palavras “recuperar o sentido del animal político radical e anti-filosófico” do autor. Diz ainda, ser impossível pensar a obra de Lefebvre sem considerar seu programa específico: “cambiar a ciudad para cambiar el mundo”; “su compromiso con un marxismo humanista e anarquista¹¹, severamente crítico con las tendencias economicistas e burocráticas [...]” e “firmemente orientado hacia la revolución” (GOONEWARDENA, 2012, p. 3).

Desde os trabalhos iniciais Lefebvre afirmava que a “práxis é a essência da dialética”, que não existe a brecha epistemológica entre os “trabalhos tempranos e tardios de Marx” e de que: “en la producción de l hombre por el mismo” as formas inhumanas¹² mediante as quais a humanidade se realiza a si mesma estão “fundadas sobre determinada práxis” com/sobre/desde uma “estructura econômica y social” que se deve “sobrepasar para crear una práxis nueva...” (LEFEBVRE, 1974, apud GOONEWARDENA, 2012, p. 6).

Mas, foi nos anos 1960, depois de sua expulsão do Partido Comunista Francês (1958) que radicaliza suas reflexões sobre a cidade e o cotidiano em decorrência das transformações globais do capitalismo e a emergência do urbano (MACHADO, et. all., 2011; 2016); e com o maio de 1968 suas reflexões se tornaram referências aos jovens em levante associando os mesmos aos da Comuna de Paris no século XIX. A “revolución dele spacio urbano y de la vida cotidiana” e, portanto a conclusão “a revolução subyace en la vida cotidiana” (GOONEWARDENA, 2012, p. 7): é sua contribuição mais original. Isto pelo fato de, “cambiar el mundo es sobre todo cambiar el modo en el que cotidianamente se vive la vida real” (LEFEBVRE, 2002 apud GOONEWARDENA, 2012, p. 7). Ou seja, a “vida cotidiana es el terreno en que el momento germina y echaraíces”, sendo que é também um momento de “intento de alcanzar a realización total de una posibilidad” (LEFEBVRE, 2002 apud GOONEWARDENA, 2012, p. 8):

A vida cotidiana está profundamente relacionada com todas as atividades, as engloba com todas as suas diferenças e conflitos; é seu ponto de encontro, seu vínculo, seu ponto comum. É na vida cotidiana donde toma forma e se configura a soma total que fazem do ser humano – a cada ser humano – um todo. Nela se expressa e se realiza todas essas relações que põem em jogo a totalidade do real, ainda que de maneira

⁹ Professora associada e diretora do PROGRAMA de Planejamento, departamento de geografia na Universidade de Toronto (Canadá).

¹⁰ Urban, sep2011-fev2012, p. 1-15.

¹¹ Pela “autogestão” (GOONEWARDENA, 2012, p. 3), “um comunismo anarquista” (Idem, 2012, p. 4).

¹² “El Estado y el capital se presentan en esta visión como formas de enajenación humana y actualizaciones del trabajo inhumano” (GOONEWARDENA, 2012, p. 6).

Os conflitos como momento de ruptura da hegemonia

sempre parcial e incompleta [...]. (LEFEBVRE, 1991 apud GOONEWARDENA, 2012, p. 8).

No entanto, a “colonização da vida cotidiana por parte do capital e do Estado” ocorre na atualidade através da “sociedade burocrática de consumo controlado” e, portanto, é o “cotidiano o terreno da luta”, pois “depósito de atividades residuais”, “de todas as atividades “especializadas”, dos saberes especializados (GOONEWARDENA, 2012, p. 9). Mas, para isso também, como Lefebvre¹³ é necessário diferenciamos o cotidiano (*lequotidien*) como incompleto e assediado pelo ser genérico realmente existente, da cotidianidade (*laquotidienneté*) ou das formas repetitivas, fragmentarias (LEFEBVRE, 1987 apud GOONEWARDENA, 2012, p. 9) às quais são programadas. No mesmo cotidiano, convivem e se conflituam o programado (*laquotidienneté*) e o vivido (*lequotidien*) pelos humanos em suas relações sociais e com a natureza.

Inumeráveis seres foram torturados em inumeráveis conflitos [...] desde que os processos sociais (racionais) se desvincularam (da esfera das relações) imediatas e diretas entre os indivíduos”, ou seja, da esfera do cotidiano (LEFEBVRE, 2002 apud GOONEWARDENA, 2012, p. 9).

Já a reflexão de Christian Schmid (2012) destaca a dialética de Lefebvre que contém três momentos, de igual valor, onde o *devir* é central, ou seja, “seu método analítico possibilita a descoberta ou reconhecimento de sentido: um horizonte do devir – de possibilidades, incertezas, probabilidades” na “formulação de uma estratégia – sem a certeza de atingir o objetivo” (LEFEBVRE, 1986, p. 41-42). Portanto, em seu método e estudo, não é a interpretação (Hegel) nem os processos produtivos (Marx) o central seria o *devir* que incorpora ambos os autores em suas reflexões articulando-se em sua dialética. Diz Goonewardena a produção do espaço e seus momentos:

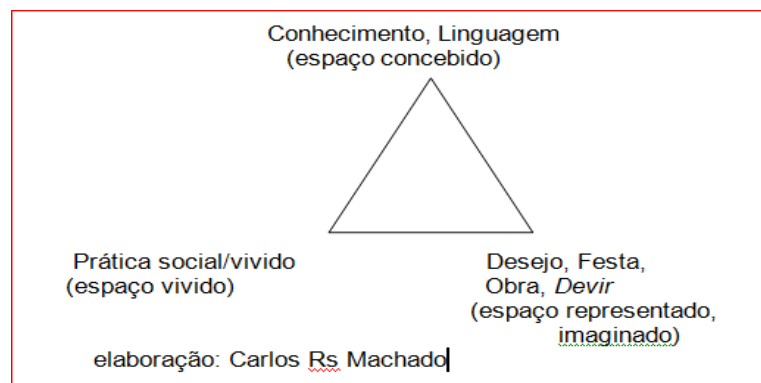
três momentos da produção do espaço de Lefebvre: a prática espacial, representação do espaço e espaço de representação no registro fenomenológico; e o espaço percebido, concebido e vivido desde o ponto de vista lingüístico e semiótico. (GOONEWARDENA, 2012, p. 11).

No entanto, tais abstrações dialéticas devem se articular “a realidade social [que] é marcada por contradições e que somente pode ser entendida por meio da compreensão dessas contradições”. Então deveríamos (proposta) considerar que a “solução [da contradição] carrega nela o germe de uma nova contradição” e de que “a contraditória natureza da vida não é imaginada, mas real”. Na perspectiva de Hegel, a dialética “para o tempo, declara o processo

¹³ Quotidienet Quotidienneté (1987), uma de suas últimas obras conforme a autora (idem, p. 9).

do devir fechado”¹⁴ e assim “impede a liberação do homem porque tende a dominar a prática e desse modo alia-se com o poder, até mesmo tornando-se o próprio poder (SCHMIDT, 2012, p. 12).

Na dialética de Lefebvre, de forma descritiva seria um momento da “figura tridimensional da realidade social” tendo em cada uma das pontas os três momentos:(1º) o momento da “prática social material tomada como ponto de partida da vida e da análise”; à qual, no entanto, permanece em contradição como (2º) segundo momento: “o conhecimento, a linguagem, a palavra escrita”, compreendidos por Lefebvre como abstrações seja como “poder concreto e como compulsão ou constrangimento”; e por fim o (3º) terceiro momento envolveria a “poesia, o desejo”, a festa, etc. “como formas de transcendência que ajudam o devir a prevalecer sobre a morte”. Estes “três momentos são dialeticamente interconectados” através da prática social material (Marx), da ou através da linguagem e pensamento (Hegel) e também pelo ato criativo, poético (Nietzsche) (SCHMIDT, 2012). A representação abstrata desta reflexão poderia, talvez, ser exemplificada pela figura abaixo.



Mas e a utopia de Lefebvre? Por que o autor se dedicou a vida toda a pensar e refletir em como o sistema capitalista transformava-se transformando as cidades, as relações sociais entre humanos entre si e com a natureza¹⁵? Para responder tais questões seguimos Remi Hess (2012)¹⁶ ao dizer que:

¹⁴ Tanto é assim que àquela tragédia filosófica de então neste campo agora é retomada pela farsa de Fukuyama y Cia, digo companhia, Atílio Bóron. Disponível em: www.rebelión.org, anos 1990.

¹⁵ Para Henri Lefebvre, “las relaciones fundamentales para toda sociedad son las relaciones con la naturaleza. Para el hombre la relación con la naturaleza es fundamental, no porque siga siendo un ser de la naturaleza [...] sino porque lucha contra ella. En el curso de esta lucha, pero en las condiciones naturales, arranca a la naturaleza lo que necesita para mantener su vida y superar la vida simplemente natural” (LEFEBVRE, 2008).

¹⁶ Em 2006 realizamos com colegas da geografia e do PPGEA (prof. Alfredo Martin, que articulou a vinda do autor a Rio Grande) um evento com Remi Hess, ver: https://fr.wikipedia.org/wiki/R%C3%A9mi_Hess; ou para

Os conflitos como momento de ruptura da hegemonia

Henri Lefebvre no propone interpretar el mundo, sino más bien transformarlo, aquí y ahora, inscribiendo al mismo tiempo nuestra acción en un movimiento regressivo-progressivo; regresivo porque se inscribe en la continuidad de la Comuna y las demás revoluciones; progresivo, por anticipador e inventivo, a la manera del *principio Esperanza* de Ernest Bloch. (HESS, 2012, p. 14).

Destaca ainda que

Pensar lo actual, sí, pero apoyándose en una erudición del pasado! y teniendo siempre a la vista el horizonte que sin cesar hay que ampliar! He allí el programa de Henri Lefebvre: no se trata de reiterar continuamente los mismos principios sino de retomar Marx para pensar la modernidad, ¡Y para eso hace falta un estilo de vida vuelto hacia lo posible individual y colectivo! ¿Lo posible? ¡Lo posible! [...] Para conocer la realidad, hay que transformarla! Y tender hacia lo posible, ayudar a volver posible lo imposible! (HESS, 2012, p. 9-10).

Tal perspectiva, diz ele, foi desenvolvendo/refletindo “desde o começo, [pois] Lefebvre lia Marx e Lênin como pensadores anarquistas! Vê em Lênin a um autor que quer a auto dissolução do Estado!”. Se bem que “defende o Partido como instrumento político, ao mesmo tempo, e no mesmo momento, afirma que o dirigente do Partido não tem legitimidade, mais além da política” (HESS, 2012, p. 12-19). Isto porque “o homem é feito de diferentes momentos! E cada momento tem uma lógica que lhes é própria! Y ele explora o momento do amor, do descanso, da justiça, do jogo, da filosofia!” (HESS, 2012, p. 20). E também da política.

1.2 A ruptura da cotidianidade ou o devir subversivo

Lefebvre encontrou a teoria dos momentos de “su lectura de un teólogo italiano del siglo XX, Joaquín de Fiore”, e da ideia relacionada ao “pasar de un mundo a outro, la anticipación, la intervención” (HESS, 2012, p. 20) e de “una crítica, en sentido kantiano, una delimitación de la autoridad política y la reivindicación de un espacio autónomo para la filosofía” (HESS, 2012, p. 20). Mas a teoria dos momentos, também está associada aos estudos do cotidiano, e neste do conflito entre cotidiano e cotidianidade da qual emergem resíduos para “para pensar el mundo” (HESS, 2012, p. 21) de “un mundo que hay que hacer advenir”, seja enquanto conceito, seja como realidade vivida. Para tanto “o que conta não é uma totalidade ideológica ou teórica, é a totalidade concreta do possível, o qual exige em primeiro lugar a negação” da realidade, e diríamos nós do que existe de justificador do instituído, para “logo depois a reconstituição dos tipos de consciência e de individualidade”, de, com e em “unidad y de una totalidad concretas nuevas, en formación, y virtuales” (LEFEBVRE, 2012, p. 55) no cotidiano e da minha e de cada

detalhes de outro sentido sobre o autor: Disponível em: <http://www.univ-paris13.fr/experice/membres/enseignants-chercheurs/remi-hess/publications-remi-hess/>. Acesso 06/12/2015.

um de nós com a natureza, incluindo no pensamento tanto o conteúdo como a relação neste/deste pensar e viver.

El gran acontecimiento nuevo, esencial, en el momento presente es, pues, el poder sobre la naturaleza, [...] ele que propõem o problema central, problema de todos os problemas, em relação com o qual todos os demais problemas são colocados, se situam, se organizam, se sistematizam. Temos enormes meios a nossa disposição, que fazemos? Como fazer para que o *poder* (dos homens sobre a natureza) se converta em algo mais que um meio: uma substância, um poderio compartilhado, onde cada um possa participar mais, e de outra maneira, que através dos sonhos e da imaginação? (LEFEBVRE, 2012, p. 61).

Mas, para isso, e contra isso, vão juntos, de maneira contraditória, o poder e a impotência, o real estabelecido y a dissolução geral do existente, a solidez bruta e o caráter problemático. Em relação a contradição interna do possível, esta se manifesta na oposição entre o imediato e o *possível-impossível*” (LEFEBVRE, 2012, p. 63).

Tal cotidiano, no entanto, pode ser programado conforme percepção de Lefebvre e, como tal o grande instrumento do Estado e do modo de produção para manter e reconduzir as relações sociais no cotidiano como no urbano, no espaço (a noção de re-produção social)¹⁷.

The fact that the Estate transforms its ‘subjects’ into ‘objects’, into dependents, into passive and manipulated entities, and into self-reproducing functionaries. Here we are at the heart of the real problem. (LEFEBVRE, 1979, p. 777).

Portanto, “partir do vivido sem rechaçar o concebido”, mas considerar que há “uma distinção, diferença entre a coisa, o produto e a obra”, em que o “produto se situa entre a coisa bruta e a obra produzida por um artista” (LEFEBVRE, 1980, p. 213).

2 A produção da hegemonia ontem e hoje

2.1 Na ditadura militar predomina a coerção na/da hegemonia

Durante a ditadura civil-militar (1964-1989) no Brasil, mas também depois, determinados “pensadores” nativos têm no Estado e no mercado seus meios e instrumentos de produção da hegemonia. Na época da ditadura civil-militar tal hegemonia baseava-se ou predominava a coerção via Estado; já na atualidade a hegemonia é do mercado e do liberalismo predominantemente nos discursos (e concebidos) de busca do consenso através da ênfase ao pluralismo desde que os conflitos não ameacem as leis do “mercado” e do sistema capitalista. Mas, também como processos que se re-produzem nas relações cotidianas e em todos os espaços sociais (concebidos, representados). Vamos dar 3 (três) alguns exemplos.

¹⁷ Utilizo a separação re-produção das relações sociais de produção da edição portuguesa para afirmar que a também se produz algo NOVO, há criação, obra também. CM

Os conflitos como momento de ruptura da hegemonia

2.2 Na ditadura militar predominam na hegemonia a coerção

Brasil (1972) num artigo do livro intitulado Brasil – realidade e desenvolvimento em defesa da Lei de Segurança Nacional argumentam que “vivemos um estado de perene insegurança”, pois há o “perigo de interpretações errôneas e não isentas” da realidade brasileira. Ou seja, daquilo “que os dirigentes estão convencidos” e, portanto “algo que uma nação acredita acerca de si mesma” que seja questionado ou ameace o “poder nacional” e as aspirações nacionais (objetivos nacionais). Aspirações e objetivos que são “a forma subjetiva que o interesse vital assume quando se projeta na consciência das classes dirigentes e dirigidas”, e que tinham sido expressos pelo texto constitucional de 1969, e seus decretos leis, etc. (criadas pelos próprios dos ditadores, ex. a lei 898 de 29 set. de 1969), (idem, p. 519-521)¹⁸. Tal reflexão (e lei do consenso de segurança nacional) foi produzida em oposição

a linha violenta inerente à ideologia comunista, alimentam, estimulam e dirige a corrupção, o tráfico de influência, o domínio econômico, a intranquilidade social, as greves, os movimentos intelectuais e artísticos, os comícios populares...[que] infiltradas e dominadas, levam às reivindicações partidárias, ao terrorismo, à luta armada no campo, à sabotagem, aos atentados, aos seqüestros, assaltos. (BRASIL, 1972, p. 527).

O militar-pedagogo diz que o povo brasileiro conforme pesquisas feitas¹⁹ “caracteriza-se, desde os tempos coloniais pela frouxidão dos laços sociais, [...] infenso à aproximação durável e profunda em associações voluntárias” (BRASIL, 1972, p. 546-547). Isto por que, dentre as características básicas do caráter brasileiro: “o individualismo, a adaptabilidade, a improvisação, a cordialidade, a vocação pacífica” estariam em contradição a tais pregações destes inimigos do interesse nacional. Mas,

não será difícil prever êxito naquilo que se implantar, desde que através de um sistema educacional acorde à realidade presente, consiga-se uma adequação tanto quanto possível perfeita do homem ao meio ambiente, mediante instituições que retratem a conjuntura e com ela harmonizem. (BRASIL, 1972, p. 547).

Outro militar Moacir Araujo Lopes (1972), no mesmo livro, argumenta que, “Só os regimes democráticos [...] permitem o abandono da formação do caráter da juventude e o conseqüente descaminho de boa parte dela” (LOPES, 1972, p. 5) e que “os regime democráticos se tumultuam e esvaem no tempo” (LOPES, 1972, p. 8); e, portanto, a necessidade da disciplina de moral e cívica: “visando à formação de circunstâncias para que o educando crie valores capazes de levá-lo à ação adequada”; de “objetivos nobres e elevados” (LOPES, 1972, p. 5-8). O golpe teria sido necessário devido “as agitações, a ação de agentes adversos, a propagação

¹⁸ Os ditadores, e seus ideólogos, além de passarem por cima da Constituição de 1964, através do golpe civil-militar com o apoio dos EUA (ver filme: O dia que durou 21 anos, Camilo Tavares, 2014) emitem decretos leis.

¹⁹ Pesquisa que ele não cita quem fez ou quando, etc. CM.

do sexo e da violência, o materialismo, o intelectualismo, o sociologismo”, etc; e a certa altura fez com que “o governo revolucionário [...] de 31 de março” desenvolvesse uma “ação no campo psicossocial” e, por isso, a criação da educação moral e cívica (decreto n.869, 12 setembro de 1969; decreto n.1077, 26 jan. 1970, pgs.10-11, LOPES, 1972).

A finalidade desta seria a “formação no individuo de hábitos de conduta conformes à lei moral”, “culto à pátria, [...] e aos grandes vultos da sua história”; “o culto à obediência à lei, da fidelidade ao trabalho e da integração na comunidade”; (p.12, artigo 2º). Isto por que, na interpretação (ou pregação do autor) o homem brasileiro tem como “qualidade básica do caráter nacional, temos a vocação pacifista resultante de todo um processo histórico, em que predominaram e persistem as soluções conciliadoras” (LOPES, 1972, p. 42).

2.3 Na ditadura do mercado predominam na hegemonia o consenso

Recentemente, mas agora na ditadura do mercado ou da sociedade de mercado, Fernando Henrique Cardoso e Marcilio Marques Moreira (2008) em publicação sobre a cultura da transgressão dizem que ela atrapalha a sociedade. Na apresentação do evento (que virou livro) Victório de Marchi (presidente do Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial, ETCO) diz que “a cultura da transgressão arraigada em parte de nossa sociedade desde idos tempos” é um dos fatores do aumento da economia informal; que, se juntaria ao “mundo onde predomina o desrespeito à lei”. Isto porque o Brasil estaria em 101º lugar como economia livre (2008), e isto que tinha chegado em 2005²⁰ na 53ª posição. Portanto, em decorrência das gestões neoliberais dos anos 1990 com Fernando Henrique Cardoso, o Brasil teria caminhado para uma economia mais livre; e teria regredido com a gestão de Lula. Bolívar Lamounier esclarece:

A economia de mercado requer um bom ambiente de mercado, isto é um ambiente institucional e sociocultural que favoreça ou, pelo menos, minimize os impactos negativos das políticas públicas, situações políticas, códigos legais, práticas administrativas etc., hostis à empresa privada e à concorrência. (LAMOUNIER, 2008, p. 19).

E, para tanto, seria necessário “flexibilizar ou revogar leis prejudiciais à eficiência, [...] de regulamentações”, etc. a exemplo dos EUA; e, sobre o tema em foco diz: “a transgressão deve ser controlada pela ação preventiva, dissuasória e repressiva do Estado” (LAMOUNIER, 2008, p. 20-22), como nos EUA:

Em países como o Brasil, ou ainda mais pobres, o grupo intermediário (que não está nem no pólo de cima, que segue a lei; ou no outro extremo, das transgressões que

²⁰ Lula tinha sido eleito em 2002, e, portanto, se com FHC o Brasil era mais liberal e competitivo, agora, com este novo governo já em 2005, teria regredido nesta classificação realizada pelos critérios do autor, e certamente do mercado!

Os conflitos como momento de ruptura da hegemonia

transgridem sempre (nota 7 e pág. 26), integrado pelos propensos a transgredir, forma um contingente maior do que nos países adiantados. (LAMOUNIER, 2008, p. 27).

Mas, ao final destaca que, apesar das transgressões “gostemos ou não, a generalidade do comportamento transgressivo é o lado mau de uma moeda boa: o preço que se paga por uma sociedade dinâmica, moderna e democrática” (LAMOUNIER, 2008, p. 35). A “riqueza móvel é uma deusa de duas faces” diz: de um lado, “encarna a chegada da democracia ao consumo, [...] a legitimação sociocultural”, etc.; e de outro “multiplica as oportunidades de transgressão”, pois “a democratização do consumo tem efeitos profundos na estrutura social.” (LAMOUNIER, 2008, p. 31).

2.4 Estado e mídia liberal a serviço das elites no capitalismo atual

A hegemonia, ou seja, uma determinada versão ou uma visão das coisas do mundo e de como devemos compreender os momentos em que estamos vivendo, é produzida e re-produzida (LEFEBVRE, 1974) permanentemente. É isso que diz Chomsky num livro publicado em 2002, e em 2013 no Brasil, no qual trata de com a mídia e os poderes públicos produzem idéias e concepções com vistas à defesa, afirmação ou manipulação de perspectivas e versões sobre acontecimentos, conflitos, políticas, etc. Nesta, a perspectiva dominante de democracia “é aquela que considera que o povo deve ser impedido de conduzir seus assuntos pessoais e os canais de informação devem ser estreita e rigidamente controlados” (CHOMSKY, 2013, p. 10).

Walter Lippmann (teórico liberal, jornalista americano)²¹ dizia que a “propaganda” é a “arte da democracia”, a qual deveria ser “usada para construir o consenso” para obter a “concordância do povo” (CHOMSKY, 2013, p. 14); de que “os interesses comuns escapam completamente a opinião pública” e só podem ser compreendidos e deveriam ser administrados por “uma classe especializada”, de “homens responsáveis” que são àqueles seres “inteligentes para entender como as coisas funcionam” (CHOMSKY, 2013, p. 15). Para Lippmanno povo seria um “rebanho desorientado” e as elites deveriam se proteger (idem, p. 17), um governo da minoria, de especialistas, de uma elite escolhida (em eleição) de tempos em tempos pelo “rebanho”. Depois, o povo deveria sair de “cena e se torna expectador da ação, não participante” (CHOMSKY, 2013, p. 17).

Perspectiva que é também de Joseph Schumpeter²² (apud MIGUEL, 2014, p. 152) “cujo ideal prevê a participação dos cidadãos comuns restrita ao momento do voto”; ou de Seymour

²¹ Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Walter_Lippmann, para informações gerais, acesso 27 out. 2014.

²² Na obra Capitalismo, Socialismo e democracia. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Joseph_Schumpeter, para informações gerais, acesso 27 out. 2014.

Lipset²³ para o qual “a baixa participação política demonstra que o regime democrático vai bem, possui alto grau de aprovação” (apud MIGUEL, 2014). Perspectiva diferente, mas no mesmo campo político, mas em sentido diferente, é a de Samuel Huntington²⁴ ao dizer que:

não é a apatia que é um bem, mas é a participação que é um mal. O excesso de participação aumenta os conflitos sociais, põe em risco a continuidade do sistema e gera um excesso de demandas que o Estado é incapaz de processar. (apud MIGUEL, 2014).

Para estes autores, diria com Bourdieu (MIGUEL, 2014, p. 152) a “redução da participação popular é condição *sinequa non* para o funcionamento dos regimes políticos de tipo ocidental”. Mas diferentes daqueles autores, Bourdieu “identifica nesse fato um conflito com o ideal democrático oficialmente reconhecido” (MIGUEL, 2014, p. 152), já que para eles, a democracia seria “um sistema em que uma classe especializada é treinada para trabalhar a serviço dos senhores, os donos da sociedade” (CHOMSKY, 2013, p. 27)²⁵. O resto

deve ficar em frente da TV absorvendo a mensagem que diz que o único valor na vida é possuir bens de consumo ou viver como aquela família de classe média alta a que (...) estão assistindo, ecultivar valores apropriados, como harmonia e americanismo. (CHOMSKY, 2013, p. 27).

Portanto, a “propaganda política está para uma democracia assim como o porrete está para um Estado totalitário” (CHOMSKY, 2013, p. 21) e a “mídia é um monopólio coletivo. Todos têm os mesmos pontos de vista” (CHOMSKY, 2013, p. 29) em defesa desta “democracia liberal”.²⁶ Mídia que, nos Estados Unidos do Norte produziu o apoio a guerras imorais e ditaduras nos anos 1960 e 1970 no mundo e na América Latina (no Brasil em 1964, (MACHADO, 2014)).²⁷ Nos anos 2000 apoiou as matanças de Bush e companhia no Oriente Médio em defesa do fundamentalismo de mercado, em luta contra ex-agentes seus que viraram terroristas agora a serem combatidos.²⁸

²³ Na obra Homem político: as bases sociais da política, de 1960 Disponível em: http://es.wikipedia.org/wiki/Seymour_Martin_Lipset, para informações gerais, acesso 27 out. 2014.

²⁴ Na obra A ordem política nas sociedades em mudanças, 1975. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Samuel_P._Huntington, para informações gerais, acesso 27 out. 2014.

²⁵ “As pessoas que são capazes de construir o consenso são aquelas pessoas que dispõem dos recursos e do poder para fazê-lo – a comunidade dos negócios...” (CHOMSKY, 2013, p. 30).

²⁶ Os parênteses são para destacar seu aspecto limitado de democracia.

²⁷ Disponível em: <http://www.correiodopovo.com.br/blogs/juremirmachado/?p=6590>, em particular seu livro sobre o apoio da mídia: 1964 Golpe Midiático-Civil-Militar. Porto Alegre: Sulina, 2014.

²⁸ Bin Laden como outros foram crias do EUA e da CIA na luta contra a URSS ou regimes políticos críticos ou que não lhes eram simpáticos; foram os EUA e os Europeus que armaram o “Estado Islâmico” (conforme qualificativo de Obama) contra o governo da Síria, e depois estes lhes fugiram ao controle e os declararam como inimigos.

Os conflitos como momento de ruptura da hegemonia

3 As demandas, a formação do sujeito político e o Observatório

3.1 A demanda e o sujeito político

Na apresentação de Razão Populista de Laclau²⁹, publicado recentemente no Brasil, a “demanda social (ou simplesmente demanda) é concebida aqui como a unidade mínima a ser considerada para a ocorrência de uma experiência política” (LOPES e MENDONÇA, 2013, p. 12)³⁰; e de que os “sujeitos políticos são uma decorrência da articulação e demandas, as quais, por sua vez, não são elementos preexistentes, mas dependem também da relação com o outro – quem a demanda se dirige”. Portanto, a demanda é “um pedido ou uma reivindicação (algo mais grave, tendo em vista o não acolhimento do pedido inicial” (LOPES e MENDONÇA, 2013, p. 13). Mas, se uma demanda por escola, por exemplo, se for atendida por medidas administrativas, “o problema termina e a demanda se exaure”; e ao contrário, se não for atendida dizem, “ocorrerá o aumento de demandas insatisfeitas” que podem converter-se em reivindicações e, “a partir desse momento um corte antagônico passa a dividir negativamente o espaço social: as demandas populares articuladas umas às outras *versus* a institucionalidade³¹” (LOPES e MENDONÇA, 2013, p. 13).

Ernesto Laclau (2013) diz que

em certo momento, o sistema institucional vigente entra em obsolescência e mostra sua incapacidade de absorver as novas demandas sociais pelas vias tradicionais; em decorrência disso, tais demandas tendem a se aglutinar fora do sistema, num ponto de ruptura com o sistema. É o corte populista. (LACLAU, 2013 p. 21).

Assim, de um lado, o populismo extremo “baseado na pura mobilização e sem objetivos de transformação institucional” que se constitui em uma opção impossível; e de outro no outro extremo, o institucionalismo extremo que seria a substituição “da política pela administração”, ideal ao qual tendem as “formas de tecnocracia” como aquele escrito na bandeira brasileira: “ordem e progresso” (LACLAU, 2013, p. 21). Ambos, no entanto, seriam casos extremos de um *continuum*, ou seja, “na prática, as políticas sempre se constroem em algum ponto interior

²⁹ Na apresentação brasileira Laclau diz: “a consolidação de regimes nacional-populares na Venezuela, Equador, Bolívia e Argentina”, e também Brasil, fez emergir a “necessidade de interpretar o novo contexto”, e razão as teses do livro Razão Populista. Para tanto, confronta o dito populismo *versus* o institucionalismo. De um lado, os setores e grupos sociais da “cruzada antipopulista”, na América Latina, apontam àqueles como ameaça “autoritária aos preceitos constitucionais e às liberdades públicas”, ou seja, “quando um projeto de transformação social profunda começa a ser implementado, ele entrará em choque, em vários pontos, com a ordem institucional vigente, e está terá que ser modificada mais cedo ou mais tarde” (LACLAU, 2013, p. 20).

³⁰ Há uma boa entrevista feita pela Zero Hora, com o autor, antes de morrer em abril 2014. Disponível em: Disponível em: <http://zh.clicrbs.com.br/rs/entretenimento/noticia/2014/04/ernesto-laclau-defende-o-populismo-latino-americano-para-assegurar-a-participacao-da-populacao-na-politica-4473305.html>. Acesso em: 27/10/2014.

³¹ Laclau dirá que as instituições “não são entidades neutras; ao contrário, representa a cristalização de relações de força entre grupos, uma situação de equilíbrio temporário, entre eles” (LACLAU, 2013, p. 20).

desse processo contínuo, nunca nos extremos”. Os regimes “nacional-populares latino-americanos” atuais seriam um exemplo, de dosagem difícil, mas no conjunto bem sucedido de articulação entre a “dimensão horizontal da *autonomia* e a dimensão vertical da *hegemonia*” (LACLAU, 2013, p. 22).

O tema do livro de Ernesto Laclau é “a natureza e a lógica da formação das identidades coletivas” considerando a “variedade de movimentos implicados na construção de identidades” (LACLAU, 2013, p. 25), mas considerando que estas se dividem “em unidade menores, que denomina *demandas*”. As demandas não podem

ser considerada uma totalidade coerente. Ao contrário: visto que é da natureza de toda demanda apresentar reivindicações a uma certa ordem estabelecida, ela se encontra numa relação particular com essa ordem, situando-se dentro e fora dela. Como essa ordem não pode absorver completamente a demanda, ela não pode se constituir como uma totalidade coerente. (LACLAU, 2013, p. 26)³².

Portanto, “a unidade do agente social é o resultado de uma pluralidade de demandas sociais que se unem por meio de relações de equivalência [...] e de contiguidade, nesse momento contingente da nomeação tem um papel absolutamente central e constitutivo” (MOUFFE apud LACLAU, 2013). Neste momento de emergência de demandas e, portanto, do conflito é que estamos chamando uma ruptura da hegemonia. E este acontecimento por si só significativo ao se constituir no *metier* da política, e pode avançar para além da demanda restrita ou pontual se articulada a outros grupos no resolver o problema que gerou a demanda e, portanto para além da ordem³³ liberal. A ruptura da hegemonia não é, ainda, a ruptura da ordem e do sistema, mas podem contribuir para isso.

3.2 O Observatório dos Conflitos do Extremo Sul do Brasil

Desde a constituição do Observatório dos Conflitos do Extremo Sul do Brasil (2011)³⁴ viemos constatando a proliferação dos conflitos urbanos, sociais, ambientais, pessoais, etc. Na sustentação teórica partimos das contribuições de Henri Acselrad³⁵ e da Rede Brasileira de

³² Laclau citando Mouffe, diz que se “Por um lado, temos a tradição liberal constituída pelo governo da lei, a defesa dos direitos humanos e o respeito pela liberdade individual; por outro, temos a tradição democrática, cujas principais idéias são a igualdade, a identidade entre governantes e governados e a soberania popular. Não existe relação necessária entre aquelas duas tradições distintas, mas somente uma articulação histórica contingente” (MOUFFE, p. 243-244 apud LACLAU, 2013).

³³ Talvez, seria melhor dizer da desordem inspirando-se em Jacques Ranciere.

³⁴ Disponível em: <http://observatoriodosconflitosrs.blogspot.com.br/>, acesso 27 out. 2014.

³⁵ O que é justiça Ambiental. Rio de Janeiro: Garamond, 2009 [com Cecilia Mello e Gustavo Bezerra].

Os conflitos como momento de ruptura da hegemonia

Justiça Ambiental³⁶, do Observatório dos Conflitos urbanos do Rio de Janeiro³⁷ e do Conflitos Ambientais de Minas Gerais (ZHOURI et al, 2012)³⁸ dentre outros. Disso, avançamos através de pesquisas para afirmar que na região de nossos estudos, e no Brasil poderíamos dizer, há ou está configurado uma desigual apropriação e uso da riqueza³⁹, dos territórios e dos espaços de poder. No quadro abaixo, isso em parte é exemplificado⁴⁰:

ANEXO C – Porcentagem da Renda apropriada por Faixas da População - Brasil, Rio Grande do Sul e Rio Grande (anos 1991, 2000 e 2010)

Referência/Ano	% da renda apropriada pelos 20% mais pobres			% da renda apropriada pelos 40% mais pobres			% da renda apropriada pelos 60% mais pobres			% da renda apropriada pelos 80% mais pobres			% da renda apropriada pelos 10% mais ricos			% da renda apropriada pelos 20% mais ricos		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Brasil	1,92	1,84	2,41	6,72	6,85	8,59	15,7	15,9	19,23	32,79	32,44	36,6	51,14	51,94	48,93	67,21	67,56	63,4
Rio Grande do Sul	2,63	2,78	3,57	8,65	9,19	11,22	18,95	19,6	22,96	37,16	37,47	41,28	46,5	46,63	43,9	62,84	62,53	58,72
Rio Grande	3,35	2,98	3,75	10,66	9,79	11,56	22,3	21,03	23,83	41,63	39,7	43,32	41,83	44,11	40,66	58,37	60,3	56,68

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2013).

E, a desigual apropriação da riqueza produzida, também poderia ser associada aos conflitos como indicadores da mesma, e que vimos mapeando desde 2011, e ambos poderiam ser exemplos de que a região é conflitiva em contradição aos discursos de paz e de harmonia que ignoram as demandas, interesses, necessidades, problemas, injustiças que os conflitos estão a indicar. No quadro a seguir mostramos o mapeamento que realizamos dos conflitos na região entre 2011 a 2014.

³⁶ Disponível em: Disponível em: http://www.justicaambiental.org.br/_justicaambiental/pagina.php?id=497. Acesso em: 27/10/2014.

³⁷ Disponível em: <http://www.observaconflitosrio.ippur.ufrrj.br/ippur/liquid2010/home.php>. Acesso em: 27/10/2014.

³⁸ Disponível em: <http://gestaprod.lcc.ufmg.br/>. Acesso em: 27/10/2014.

³⁹ Os 10% mais ricos da região se apropriam de quase 50% da riqueza produzida e isso foi verificado num período de estudos de 20 anos (IDH e outros indicadores) (MACHADO, ET. Al. 2013); o latifúndio do agronegócio seja de pecuaristas, arroteiros, plantadores e soja e de *pinus* abundam na região sobre a posse e uso dos territórios; e os espaços de poder (prefeituras, Universidades, Porto, etc.) tendem, apesar de ocupadas por grupos e partidos que se afirmam de esquerda, ao atendimento ou a consideração privilegiada dos interesses de mercado, das empresas e dos poderosos, sem, no entanto, explicitarem as diferenças entre os diferentes grupos em sociedades de classes como a nossa.

⁴⁰ Quadro da tese de Priscilla Borgonhoni Chagas, doutora pela UFRGS/Administração e professora da Universidade estadual de Londrina.

Tabela: Conflitos mapeados pelo Observatório dos Conflitos do Extremo Sul do Brasil, anos de 2011, 2012, 2013 e 2014.

Categoria	Publicações e Conflitos/ Município	Rio Grande	Pelotas	SJN	SLS	SVP	Canguçu	Mostardas	Arroio do Padre	Capão do Leão	Tavares	Total
Luta dos Trabalhadores	Publicação	212	70	-	7	3	-	-	-	-	-	292
	Conflito	60	32	-	1	2	-	-	-	-	-	95
Saúde	Publicação	12	1	-	-	-	-	-	-	-	-	13
	Conflito	6	1	-	-	-	-	-	-	-	-	7
Meio Ambiente	Publicação	17	1	1	-	-	-	-	-	-	-	19
	Conflito	8	1	1	-	-	-	1	-	-	-	11
Pesca	Publicação	38	2	9	-	1	-	1	-	-	-	51
	Conflito	11	2	4	-	1	-	-	-	-	-	18
Educação	Publicação	11	8	-	-	-	-	-	-	-	-	19
	Conflito	6	5	-	-	-	-	-	-	-	-	11
Problemas Urbanos	Publicação	54	9	4	-	-	-	-	-	1	-	68
	Conflito	23	9	3	-	-	-	-	-	1	-	36
Moradia	Publicação	61	8	-	-	-	-	-	-	-	-	69
	Conflito	28	4	-	-	-	-	-	-	-	-	32
Travessia RG X SJN	Publicação	30	-	1	-	-	-	-	-	-	-	31
	Conflito	3	-	1	-	-	-	-	-	-	-	4
Gestão	Publicação	10	2	2	-	1	-	-	-	1	-	16
	Conflito	7	2	1	-	1	-	-	-	1	-	12
Agricultura	Publicação	1	1	-	1	-	-	-	-	-	-	3
	Conflito	1	1	-	1	-	-	-	-	-	-	3
Mobilidade Urbana	Publicação	44	10	-	-	-	2	-	2	-	-	58
	Conflito	10	6	-	-	-	2	-	1	-	-	19
Porto	Publicação	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4
	Conflito	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4
Trabalho Escravo	Publicação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	3
	Conflito	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	2
Mortandade de Animais	Publicação	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1
	Conflito	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1

Fonte: Observatório dos Conflitos do Extremo Sul do Brasil. Organizado por Cíntia Lemos. Set. 2015, MPU.

Diríamos então, desde a materialidade das relações desiguais – traduzida pela tabela (1, intitulado anexo C, página anterior) da apropriação da renda – bem como a tabela dos conflitos (2) são indicadores da materialidade do diverso, do desigual e do diferente que subjaz como materialidade das relações sociais entre os humanos e deste com a natureza. No entanto, a relação entre a objetividade destes dados com os dados subjetivos decorrerem das interpretações ou significações das e pelas narrativas dos atores em seus discursos pelos cientistas sociais, e neste caso, pela sociologia. Mas, também como dissemos ao início, também a ciência pode servir e serve para justificar a ordem existente para além destes dados objetivos e, portanto, o não que questionar a injustiça e a desigualdade e sim justificá-la, seja pela pedagogia militar seja pela pedagogia do mercado, ambas totalitárias; ou ao contrário, do sentido pedagógico dos conflitos como vimos argumentando, mas como problemas a serem eliminados/resolvidos. Para o liberal, o grande empresário e seus funcionários e/ou aqueles acomodados ou sob o “jugo” da “ideologia dominante” e das práticas a ele subordinados o “sistema realmente existente” é a ordem, aquilo que tem que se manter, sustentar e reproduzido⁴¹, e os conflitos não são bons para os negócios.

⁴¹ No campo da sociologia, para a perspectiva tradicional, o conflito – é visto como negativo, e, portanto, um desvio, decorrente de ações externas, alienígenas, pois o sistema e as relações seriam harmoniosas, equilibradas,

Os conflitos como momento de ruptura da hegemonia

4. Considerações finais

Zygmunt Bauman (2003)⁴² ao ser perguntado sobre a justiça na sociedade diz:

em meu entender, se resume à convicção de que, assim como o poder de carga de uma ponte se mede não pela força média de todos os pilares, mas pela força de seu pilar mais fraco, a qualidade de uma sociedade também não se mede pelo PIB (Produto Interno Bruto), pela renda média de sua população, mas pela qualidade de vida de seus membros mais fracos (BAUMAN, 2003, não paginado).

E, diz ele, o “socialismo para mim não é o nome de um tipo particular de sociedade”, mas no sentido em como postulou Marx de justiça social: “uma dor aguda e constante de consciência que nos impulsiona a corrigir ou remover variedades sucessivas de injustiça” (BAUMAN, 2003, não paginado). No mesmo sentido, diz Renato Janine Ribeiro que “há democracia quando todos, o que significa uma maioria de pobres, tem o poder” (RIBEIRO, 2014, p. 11) sobre a democracia e os pobres⁴³.

Então, desses pressupostos, e relacionando ao desenvolvido ao longo deste trabalho, em primeiro, diríamos que a superação destas condições de desigualdade (na apropriação da riqueza, seu uso etc.) nas relações sociais bem como na significação dos resultados e impactos decorrentes da transformação das natureza/as somente pode iniciar-se em decorrência de “momentos de dissolução e de quebra dos poderes do Estado e da influência dos partidos instituídos” (RANCIERE, 2010, p. 173), pois parte, junto com a empresas, a mídia, etc. da sustentação da ordem/do sistema.

o comunismo é concebido como a tradição criadora ao redor de uma quantidade de momentos, famosos e obscuros, quando os simples trabalhadores e homens e mulheres ‘corrientes’ deram provas de sua capacidade para lutar por seus direitos e o direito de todos ou para dirigir empresas, fábricas, administrações, exércitos, escolas, etc. coletivizando o poder da igualdade de qualquer um com qualquer outro e com todos. Se existe algo que deve ser reconstruído como o nome de comunismo, é uma forma temporalidade que singulariza a conexão daqueles momentos” (RANCIERE, 2010, p. 174).

Em segundo, partimos do concebido, a partir do que desenvolvemos no Observatório no mapeamento das demandas (LACLAU, 2013) e de que as mesmas anunciam o diverso e o divergente, e, portanto, interesses em conflito que decorrem de necessidades e de problemas concretos e dos impactos negativos sobre os impactados/vítimas. Sendo assim, o conflito decorre de uma demanda ou injustiça ambiental perpetrada, e caso seja solucionada poderiam melhorar as condições de vida das pessoas demandantes ou eliminar a injustiça existente.

normais; mas, também é vista como positivo, numa perspectiva liberal, pois contribuiria ao aperfeiçoamento, aos ajustes e as correções. Nesta, os conflitos poderiam contribuir a própria permanência ou sustentabilidade do sistema “realmente existente”.

⁴² São Paulo, domingo, 19 de outubro de 2003, Caderno MAIS (Jornal Folha de São Paulo).

⁴³ Renato Janine Ribeiro, In Jornal Zero Hora, 19 out 2014, p. 11.

Em terceiro, há um processo educativo do/no conflito que poderia contribuir no fortalecimento dos sujeitos em sua organização e à própria sociedade na efetivação de uma democracia enquanto processo sem fim (SANTOS, 2006). Mas, isso decorreria da própria luta entre os envolvidos e as possibilidades de solução das respectivas demandas, e desde que, de um lado, os “de abajo” se vejam e se percebam como autogestionados de seu/nosso fazer político como obra sua/nossa; e não de outros/as (seja o sistema, o Estado, o partido, etc.).

Em quarto, sobre o momento cotidiano vivido no aqui e agora, em que estamos dialogando, ou naquele no qual o conflito está ocorrendo, acredito que apresentamos argumentos, sobre as perspectivas diferentes em conflito bem como de serem os conflitos possíveis rupturas da narrativa hegemônica. No entanto, enquanto vivido – daqueles envolvidos diretamente – para ir além deste cotidiano conflitivo seria necessário (proposta) relacioná-lo à problematização do global (do concebido hegemônico), seja enquanto pensamento seja enquanto conteúdo da totalidade capitalista que impacta naquele (no vivido) buscando se reproduzir como sustentabilidade do sistema vigente.

Por fim, a partir de Lefebvre, em quinto, diriam que nestes tempos o pensar e lutar pela transformação do capitalismo, sua superação, mudança deveríamos considerar, não somente o econômico e o político, etc., mas também das relações cotidianas para além da programação do sistema, desde já. Diríamos mais, é neste momento cotidiano de produção e re-produção das relações sociais como programação totalitária do sistema (pois incide sobre o vivido, o concebido e os imaginados) sobre as pessoas é que se está disputando a continuidade, a legitimação e a sustentabilidade do sistema dominante. Ou seja, é desde já – em contraposição também - que os próprios sujeitos em suas relações com a natureza, no concebido e no vivido – podem em sentido contrário se tornarem produtores de suas obras, serem produtores de uma constelação de momentos rebeldes (obras humanas) na luta contra as condições de injustiças sociais e ambientais.

Referências

BOURDIEU, Pierre. **Lições de Aula**. 2ª Ed. São Paulo: Ática, 2001.

BRASIL, FRANCISCO DE SOUZA. Segurança Nacional (p.519-520). In WIEDMANN, Luiz Felipe. **Brasil – realidade e desenvolvimento**. Tomo I. Rio de Janeiro: Biblioteca Exército/Edições e Sugestões literárias, 1972.

CARDOSO, Fernando Henrique; MOREIRA, Marcilio Marques. **Cultura das transgressões no Brasil – lições da história**. 2ª Ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2008.

Os conflitos como momento de ruptura da hegemonia

CECEÑA, Ana Esther. Estrategias de construcción de una hegemonía sin límites. En libro: *Hegemonias y emancipaciones en el siglo XXI*. CECEÑA, Ana Esther (org.). **CLACSO**. Argentina. 2004.

CHOMSKY, Noam. **MÍDIA Propaganda política e manipulação**. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

GOONEWARDENA, Kanishka. Henri Lefebvre y la revolución de la vida cotidiana, la ciudad y el Estado. **URBAN: Revista del Departamento de Urbanística y Ordenación del Territorio**, Madrid, v. 14, n. 2, 2012.

HESS, Rémi [com Charlotte Hess]. **Hacia el romanticismo revolucionario**. Buenos Aires: Claves, 2012 [1957].

LEFEBVRE, Henri. **Introducción al marxismo**. Buenos Aires: Eudeba, 1961 [2008]).

_____. Comment son a New State Form. **Dialectiques**. Paris, v. 27, 1979.

_____. **La production de l'Espace**. Paris: Anthropos, 2000 [1974].

LOPES, Moacir Araújo. A educação moral e cívica no Brasil: perspectivas atuais, In WIEDMANN, Luiz Felipe. **Brasil – realidade e desenvolvimento**. Tomo I. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército/Edições e sugestões literárias SA, 1972.

MACHADO, Carlos RS. Momentos da Obra de Henri Lefebvre: uma apresentação. **Ambiente & Educação**. Rio Grande, v. 13, n. 1, 2008.

MACHADO, Carlos RS; CIPRIANO, Diego Mendes; SCHNEIDER, Nairana. **A Educação, a Natureza e a Cidade em Henri Lefebvre**. Trabalho apresentado EGAL (Encontro de de geografos da Anérica Latina), Montevideo, 2011.

MACHADO, Carlos RS; MACHADO, Tainara F. A cidade como obra humana: problematizando as relações sociedade/cidade x natureza no capitalismo e no socialismo. In: RUIZ, Jaime García... et al.. **Direito à Cidade e ao Trabalho**: olhares de Brasil e Cuba/Derecho a la ciudad y al trabajo: miradas desde Brasil y Cuba. Curitiba: Kairós Edições, 2016.

MIGUEL, Luis Felipe. Mecanismos de exclusão política e os limites da democracia liberal. Uma conversa com Poulantzas, Offe e Bourdieu. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, v. 33, n. 98, 2014.

RANCIERE, Jacques. ?Comunistas sem comunismo?. In: BADIOU, Alan [et.al.]. **Sobre la idea del comunismo**. 1ª Ed. Buenos Aires: Paidós, 2010.

_____. **A partilha do sensível**. 2ª Ed. São Paulo: EXO experimento/Editora 34, 2009.

_____. **A Emancipação do Expectador**. São Paulo: MartinsFontes, 2013.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. 4a ed. São Paulo: Cortez editora, 2006.

_____. **Reinventar a democracia.** Lisboa: Fundação Mario Soares, 1998.

SCHMID, Chistian, A teoria da produção do espaço de Henri Lefebvre: em direção a uma dialética tridimensional. **GEOUSP, espaço e tempo**, São Paulo, v. 17, n. 32, 2012.

SCHMID, Christian y STANEK, Lukasz. Teoría, no método: Henri Lefebvre, investigación y diseño urbanos en la actualidad. **URBAN: Revista del Departamento de Urbanística y Ordenacion del Territorio**, Madrid, v. 14, n. 2, 2012.

WALLERSTEIN. **Margem Esquerda – ensaios marxistas.** São Paulo: Boitempo, 2015.